MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DIRECÇÃO-GERAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Gabinete de Estudos António José Malheiro

CONTA GERAL DO ESTADO

MECANIZAÇÃO DA «CONTA DOS PAGAMENTOS» — 1.ª FASE

«CONTRÔLE» MECANOGRÁFICO DOS PAGAMENTOS — ELIMINAÇÃO DO «AVERBAMENTO»

Palestra proferida por DARIO GONÇALVES

(Director dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças)

1969

Palestra proferida no
Gabinete de Estudos António José Malheiro
em 8 de Maio de 1969

Ao ler-se o texto que se segue deve ter-se presente que ele se destinou a uma palestra em que se contou largamente com a projecção de gravuras e que foi muitas vezes acompanhada de comentários esclarecedores que não estavam escritos.

No entanto, entendeu-se não ser conveniente alterar a redacção inicial, que, se por um lado poderia adquirir forma mais elegante, perderia, por outro, a feição de simples palestra que se lhe deu.

É ainda de notar que se procurou não entrar em certos pormenores de ordem técnica, o que estaria fora do objectivo em vista.

Pág.

I - PREÂMBULO 9

II - MECANIZAÇÃO DA "CONTA DOS PAGAMENTOS" — 1ª. FASE 15

III - "CONTRÔLE" MECANOGRÁFICO DOS PAGAMENTOS — ELIMINAÇÃO DO "AVERBAMENTO" 51

I

PREÂMBULO

Exm^{o}. Senhor Director-Geral da Contabilidade Pública

Exm^{os}. Senhores Adjuntos, Chefes de Repartição e de Secção

1. São decorridos 15 anos sobre o momento em que V. Exª., Senhor Director-Geral da Contabilidade Pública, me convidou para representar esta Direcção-Geral numa Comissão que o Governo entendeu criar no Ministério das Finanças, com o objectivo imediato de estudar a viabilidade de mecanizar certos trabalhos relativos às Direcções-Gerais da Contabilidade Pública e das Contribuições e Impostos.

2. Não vou alongar esta pequena e despretensiosa palestra historiando os trabalhos,

canseiras e dificuldades por que tenho passado ao longo deste esgotante período da minha vida profissional, em que 12 anos — 8 deles sem qualquer remuneração adicional — foram repartidos pelo exercício das funções de Chefe de Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e de vogal da extinta Comissão para a Instalação e Estudo dos Serviços Mecanográficos, pois, como se sabe, só nestes 3 últimos anos me pude dedicar inteiramente a estes Serviços.

3. Ao longo destes 15 anos — porque não confessá-lo? — algumas vezes quase nos deixámos vencer pelo desânimo, especialmente quando colocados na situação paradoxal de termos necessidade de convencer alguém a deixar-nos realizar um trabalho que nós próprios, individualmente falando, seríamos os mais interessados em não executar. Mas, pensando nas nossas obrigações profissionais — e é isso o que, afinal, tem de contar —, a nossa posição é precisamente a inversa.

Manda, porém, a verdade dizer que também não nos têm faltado nesses momentos de desânimo os estímulos e as palavras amigas no senti-

do de prosseguir. E, V. Exª., Senhor Director-Geral, encabeça a lista das pessoas de quem tenho recebido os melhores incitamentos nessas horas difíceis.

Mesmo assim, e embora esteja certo de que posso continuar a contar com a cooperação que felizmente tenho tido dos Serviços deste Ministério, vacilo, por vezes, na tomada de novas iniciativas.

E não é tanto o cansaço resultante dos 38 anos de serviço prestados ao Estado, vividos quase sempre em situações fora do comum, que me criam por vezes um tal estado de espírito.

É que, por razões de ordem vária, continua a ser grande a dificuldade em fazer progredir a mecanografia, ainda que o clima existente à sua volta seja diferente do de há 15 anos quando se deram os primeiros passos.

4. Na verdade, cada vez se fala mais por toda a parte em Organização e Métodos. A todo o momento, entidades oficiais e particulares, realizam cursos, palestras, colóquios; editam-se publicações; conclui-se que é necessário que o

pessoal dê maior rendimento, fala-se de simplificações, afirma-se que a mecanização deve ser incrementada confiando a máquinas os trabalhos que com vantagem podem por elas ser executados. Mas, embora algo se esteja realizando, julgo que é necessário, nesta matéria, passar mais intensamente da teoria à prática, do enunciar de princípios à sua aplicação, ainda que as inovações devam ser cuidadosamente ponderadas. Sobretudo em assunto tão delicado como é a mecanização deve actuar-se cautelosa e metòdicamente e sempre em presença de estudos prévios adequados.

Nem tudo se pode fazer dum jacto, é certo. Mas, iniciada uma tarefa e demonstrado que estamos no bom caminho, porque deixar arrastar o seu andamento, retardando a execução do que se reconhece ser um benefício?

Iniciámos há 15 anos a mecanização de um trabalho, daqueles em que a utilidade do sistema é indiscutível, mas, apesar do ritmo acelerado que lhe temos procurado imprimir, a sua montagem ainda deve demorar pelo menos uns 4 anos, considerando os reduzidos recursos de que dispomos. No entanto, com meios adequados — e

nós fazemos questão de pedir sempre o menos possível — essa tarefa poderia estar há muito terminada e a nossa atenção estaria agora a incidir mais intensamente sobre outros trabalhos.

Mas, apesar dos momentos de desânimo a que referi, continuo a esforçar-me no sentido de, quando sair deste Ministério, o poder fazer com a consciência de que, até ao fim, tentei cumprir o meu dever, fazendo avançar os serviços que me estavam confiados até onde foi possível e conveniente, não os deixando também tècnicamente desactualizados.

5. Ora dentro desta linha de rumo aconteceu que falando recentemente ao Exmº. Senhor Director-Geral da Contabilidade Pública na possibilidade de os Serviços Mecanográficos virem a colaborar na execução da "Conta de pagamentos" mod. 48, logo este Exmº. Senhor, sempre pronto, com o seu espírito aberto, a aceitar todas as inovações que se lhe afiguram úteis, mostrou pelo projecto o maior interesse.

Daqui nasceu a ideia desta despretensiosa palestra, realizada a pedido daquele Exmº.

Senhor, pois, dentro da habitual e louvável orientação que todos lhe conhecemos, continua a entender que antes de se introduzirem inovações profundas em qualquer rotina devemo-nos preparar conscientemente para a sua aceitação e observar-lhes os prós e os contras. E na conversação havida logo foram focados o interesse e as implicações que este assunto tem para as Direcções de Finanças, órgãos que, como todos sabemos, coligem os elementos a utilizar pelas diferentes Repartições da Contabilidade Pública, pois são elas que elaboram as referidas Contas. A Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e aquelas Direcções não poderão, pois, deixar de ser ouvidas sobre o assunto.

Metamos, pois, mãos à obra, pondo primeiro o problema em termos de ser exposto àquelas entidades.

II

MECANIZAÇÃO DA "CONTA DOS PAGAMENTOS" – 1.ª FASE

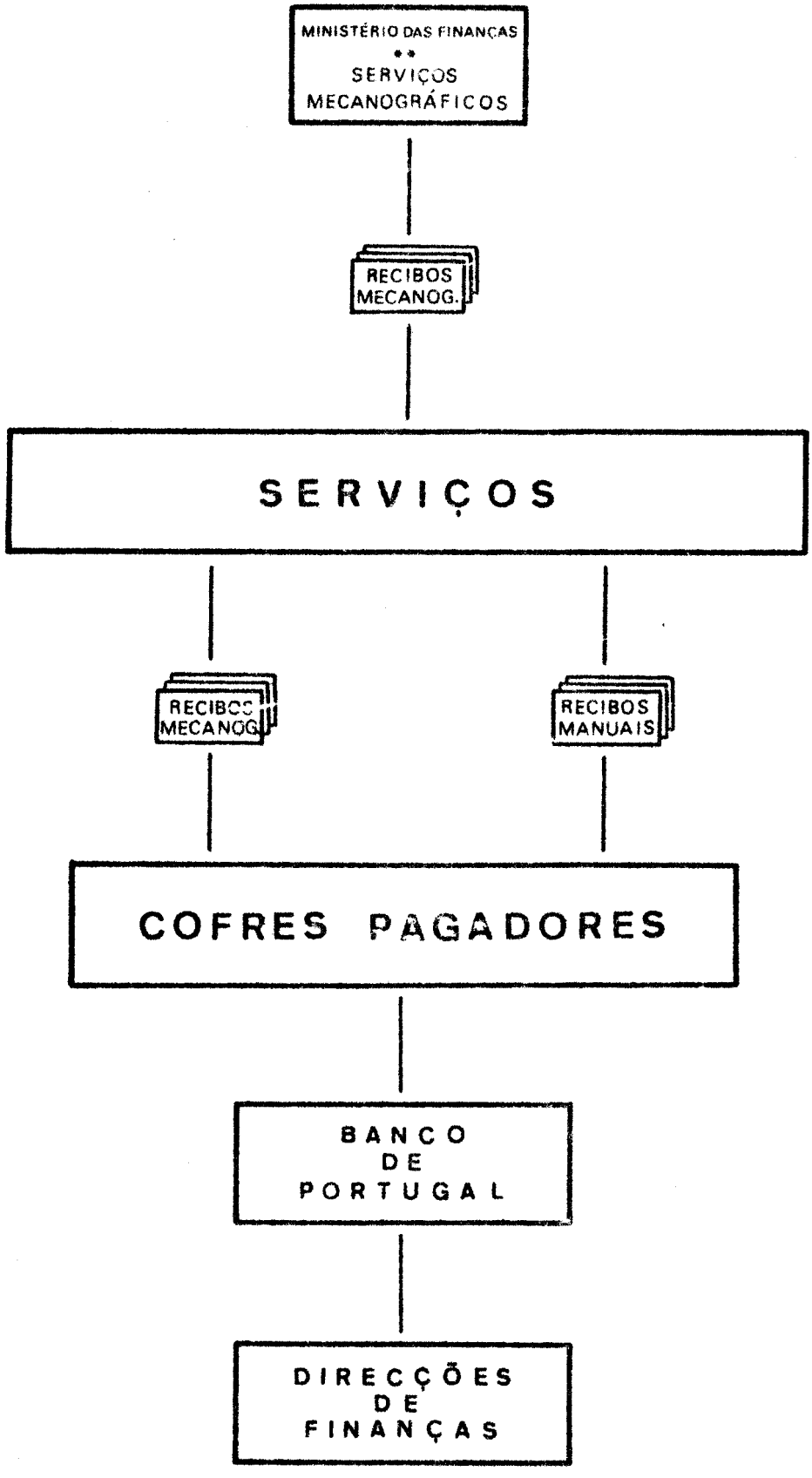
1. Começarei por analisar de forma rápida a questão no seu aspecto actual, para depois me referir à solução que pensamos adoptar.

Ora observando a nossa Contabilidade Pública, no aspecto da sua escrituração, sempre pensei, e permito-me supor que V. Exªs. têm a mesma opinião, que a parte mais trabalhosa, pelo grande volume de elementos a tratar e, portanto, morosa de executar, até porque os respectivos dados vêm do exterior, é a parte respeitante aos pagamentos.

Na verdade, os restantes elementos estão sempre à nossa disposição — as dotações orçamentais, podem, como é óbvio, ser colhidas no Orçamento e as importâncias a autorizar constam das folhas respectivas. O lançamento de qualquer destes elementos nos livros de contas-correntes também não parece difícil, nem moroso.

Julga-se, pois, fora de dúvida ser a parte respeitante aos pagamentos a que constitui o óbice do problema.

2. De facto, como é sabido, os recibos, depois de legalizados em cada Serviço, são apresentados para pagamento nos diferentes Cofres pagadores disseminados pelo País — Tesourarias da Fazenda Pública e, nos concelhos sedes de distrito, nas Agências do Banco de Portugal — acabando por ser remetidos pelo Banco às Direcções de Finanças.


MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SERVIÇOS
MECANOGRÁFICOS
RECIBOS
MECANOG.
SERVIÇOS
RECIBOS
MECANOG.
RECIBOS
MANUAIS
COFRES PAGADORES
BANCO
DE
PORTUGAL
DIRECÇÕES
DE
FINANÇAS

Nas Direcções de Finanças, os recibos respeitantes aos pagamentos efectuados em cada mês, são, relativamente a cada Ministério, separados por "autorizações de pagamento" e classificados pelos números de ordem.

Depois, no impresso modelo F.P. nº. 74, (vulgarmente denominado "cinta"),

Direcção de Finanças d. _____

Despesa orçamental do Ministério d _____

Número de documentos _____ *Autorização n.º* _____

Mês de _____ **de 19**___

Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___
Cap. ___ *Art.* ___ *N.º* ___ *Alínea* ___) . . . . . _____$___

Total . . . . . _____$___

F. P. — Modelo n.º 74 (A4 — 148 mm × 210 mm) 1961 — 1968

procede-se, em face dos recibos, ao relacionamento das importâncias respeitantes a cada ru-

brica orçamental e a uma mesma autorização, a fim de, no final, se obter o total pago relativamente a cada uma delas (V. página seguinte).

Julgo que algumas Direcções de Finanças, para facilitar um pouco o trabalho, em vez de inscreverem manualmente naquele impresso as importâncias a imputar a cada rubrica orçamental, utilizam para o efeito máquinas de somar cujas listas são depois coladas no mesmo modelo.

De qualquer forma, é fácil de ver que estamos em presença de um trabalho moroso, muito fatigante, monótono e, nos Cofres de grande movimento, de acerto difícil, pois que, normalmente, não dá exacto à primeira vez, o que se compreende pela grande massa de documentos e elementos a tratar.

Ultimado o preenchimento destes modelos F.P. 74 fácil é, como se compreende, elaborar a "Conta de pagamentos" mod. F.P. 48, pois esta não é mais do que a síntese de todos os elementos que figuram nos referidos impressos F.P. 74 (V. página 23).

Visto em 20.FEV.68 **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS** **02**

REMUNERAÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS

Recibo

Mín.	D. G.	Folha
02	08	0067

Mês FEVEREIRO Ano 1968 Autorização 2542

E. Pos.	(1)	N.º ordem	Nome mecanográfico	Total líquido
01	005	07970	MANUEL DE FREITAS	2186

ABONOS LÍQUIDOS

Remuneração principal	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Abono de família	Total Descontos	Líquido a pagar
1102					80	286	600		1988
12 145 1					20	216	18 214	198	

Descontos de Receita do Estado					Descontos de Operações de tesouraria								
I. sele	Cód.	Importância	Cód.	Importância	C. G. Apos.	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Cód.	Importância
207		25			7856		1244		642		5041		25

Recebi Lisboa em 20 de Fevereiro de 1968

Manuel de Freitas

(1) Concelho, repartição ou serviço. (2) Assinatura como consta do bilhete de identidade. Se a assinatura for de procurador, deve ser antecedida das letras «p. p.». O nome do procurador deve constar de carião mecanográfico. Os sedutos de abonos e descontos estão descritos no verso.

CARIMBOS:

Direcção de Finanças de Lisboa

Despesa orçamental do Ministério das Finanças

Número de documentos 357 Autorização n.º 2542

Mês de Fevereiro de 1968

Cap. 12	Art. 145	N.º 1	Alínea	)		$
Cap. 20	Art. 216	N.º	Alínea	)		$
Cap. 18	Art. 214	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
Cap.	Art.	N.º	Alínea	)		$
			Total			$

1 696	428	100
2 433	449	200
1 932	365	100
1 102	286	600

F. P. – Modelo n.º 74 (A. – 148 mm × 210 mm) 1061 – 1968

CONTA

DOS

PAGAMENTOS EFECTUADOS

Ministério das FINANÇAS

Cofre de LISBOA

*Ano económico de 19*69 *Mês de* APRIL

RESUMO

Despesa ordinária .... $

Despesa extraordinária .... $

Total .... $

Direcção de Finanças do distrito d ________, *em* ___ *de* ________ *de 19*__

O Director de Finanças,

F. P. — Modelo n.º 4

Classificação orçamental				Número de autorização	Importância						Número de documentos
Capítulo	Artigo	Número	Alínea		Abono de Família	Subsidiária	Da alínea	Do número	Do artigo	Do capítulo	
2	14	1		1674	9.500,00			295.059,00			1
		2		"				99.750,00			
		3		1429				4.000,00	398.809,00		1
	15	1		1347				1.654,00	1.654,00		2
	16	2		"				342,00	342,00		
	17	1		1672				1.369,00	1.369,00		3
	18	1	1	"			962,20	962,20			
		2		"				667,50	1.629,70		
	19	1		"				3.973,00			
		2		"				4.509,50	8.482,50		
	20	1		1673				6.277,80	6.277,80		2
	21	1		"				70,00			
		2		"				1.356,80			
		3		"				370,00	1.796,80	420.360,80	

A transportar ...

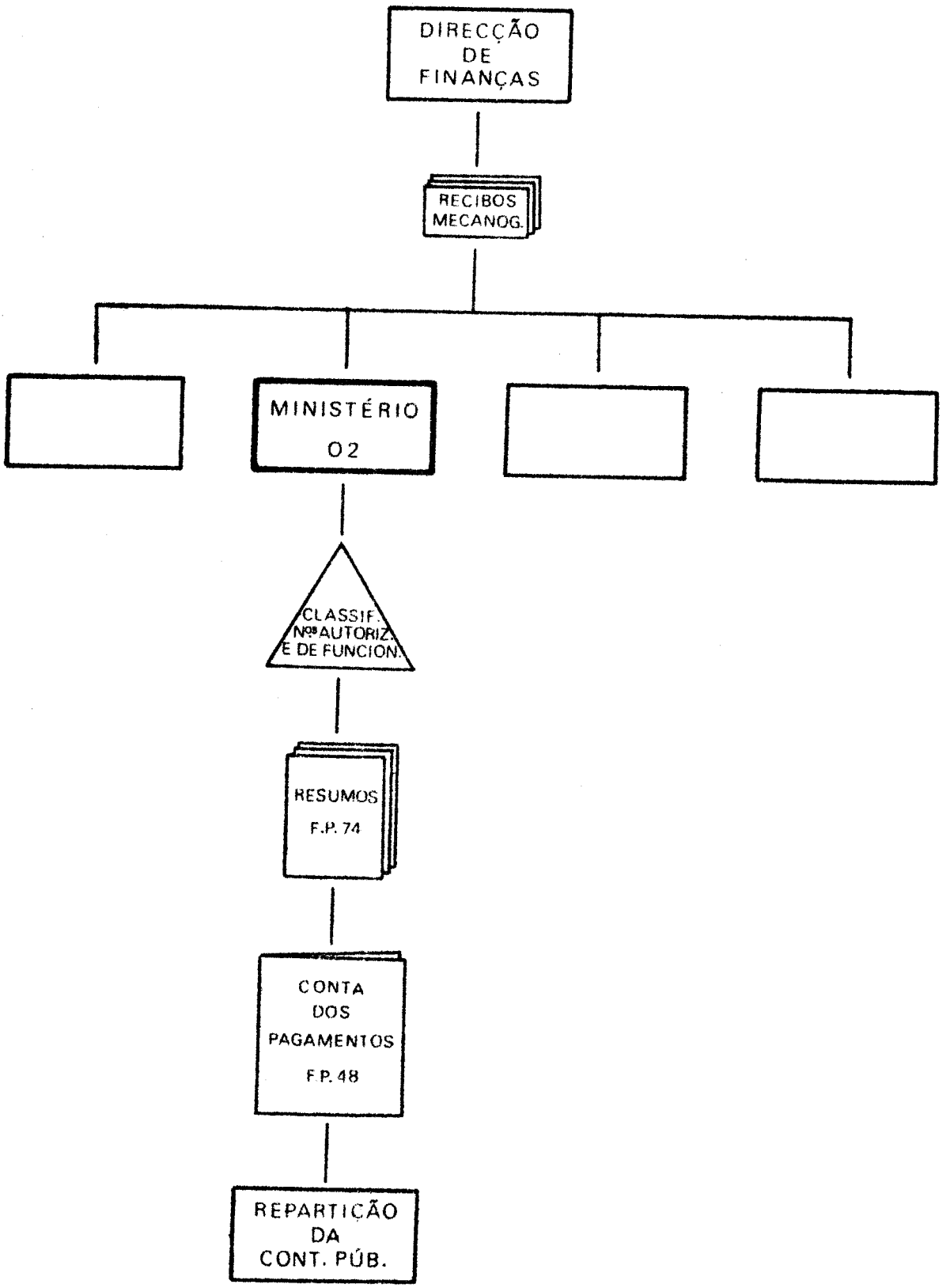
O esquema que figura na página seguinte, pode, em complemento do anteriormente apresentado, ajudar-nos, no que respeita aos recibos mecanografados, a observar o conjunto.

3. Apresentámos, em linhas muito gerais, o problema que nos propomos resolver. Vejamos agora a solução que pensamos conveniente dar-lhe. Mas antes direi duas palavras acerca do motivo por que se me afigura vantajoso tratá-lo mecanogràficamente.

Como sabemos, a mecanografia ou mais modernamente a informática — considerando esta, de uma forma simples e geral, como a arte de tratar as informações — está em constante evolução, daí podermos realizar hoje através de computadores electrónicos trabalhos que há pouco pareciam impossíveis de obter por meio de máquinas.

Diz-se que a informática virá revolucionar tão profundamente os nossos métodos de trabalho como o fez há 200 anos a máquina a vapor.

Seja como for, a verdade é que na base do tratamento automático dos dados tem de existir sempre uma intervenção directa do homem - quero


DIRECÇÃO DE FINANÇAS
RECIBOS MECANOG.
MINISTÉRIO 02
CLASSIF. Nº AUTORIZ. E DE FUNCION.
RESUMOS F.P. 74
CONTA DOS PAGAMENTOS F.P. 48
REPARTIÇÃO DA CONT. PÚB.

referir-me ao facto de que, além de outros pormenores, é sempre necessário fornecer à máquina os elementos de trabalho e há, naturalmente, que fazê-lo em linguagem a ela acessível.

Ora este trabalho de preparação e verificação dos dados é imensamente moroso se o compararmos com as velocidades dos Ordenadores electrónicos. Por isso se procura aproveitar ao máximo todo o automatismo do sistema, tirando partido dos progressos que constantemente lhe vão sendo introduzidos.

4. Assim, a leitura pelas máquinas dos documentos mecanografados eram um problema tão velho como a mecanografia.

Efectivamente, as máquinas não podem ler a escrita humana nem tão pouco eram capazes de ler os documentos que elas próprias emitiam. Só o homem o podia fazer. É o que acontece presentemente com os nossos recibos de vencimentos.

Ora o facto apontado era um assunto do maior interesse tanto para as Administrações Públicas como privadas. Direi que há uns dois anos o Crédit Lyonnais tinha já, só na região de

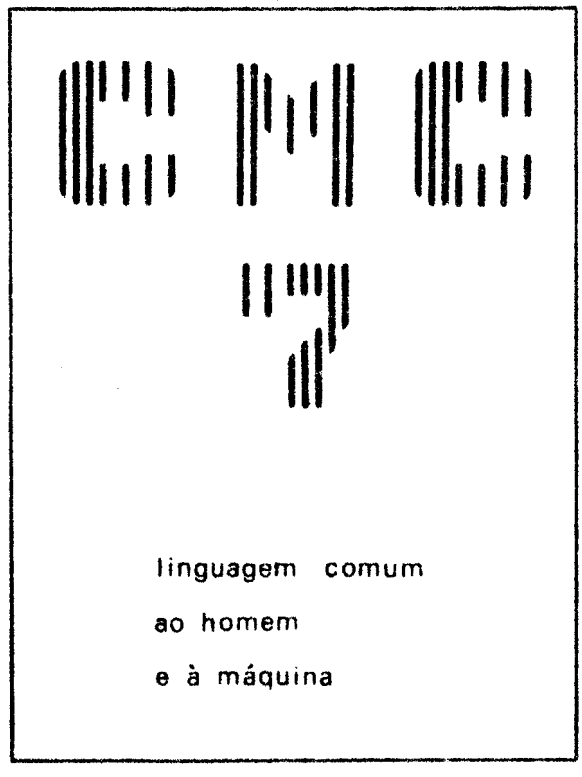
Paris, um movimento diário de cheques da ordem dos 100 000.

É fácil de ver o interesse do emprego de meios mecânicos para o tratamento das informações contidas num tão elevado número de documentos.

Mas, como disse, as máquinas têm uma linguagem própria e só traduzindo os diferentes elementos nessa linguagem é que elas os podem interpretar. É por isso que normalmente se recorre ao uso de cartões ou de banda perfurada.

A chave do problema estava, pois, como se conclui, em conseguir que as máquinas lessem directamente os próprios documentos para se evitar o sempre moroso trabalho de transcodificação.

Foi assim que de investigação em investigação se chegou a um sistema que se denominou C.M.C.7.

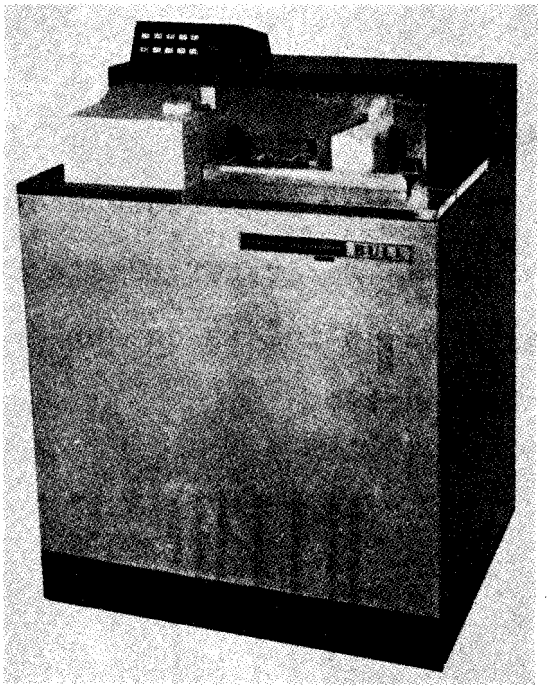


A este sistema, — cujas iniciais resultam do francês, "caractère magnétique codé" —, já tive oportunidade de fazer referência numa palestra aqui realizada no início do ano de 1968. Tem por base 7 bastonetes.

Cada carácter, é formado assim por aqueles 7 bastonetes separados por 6 intervalos, curtos ou longos. É esta combinação de intervalos que permite representar os 10 algarismos, o alfabeto e ainda símbolos especiais.

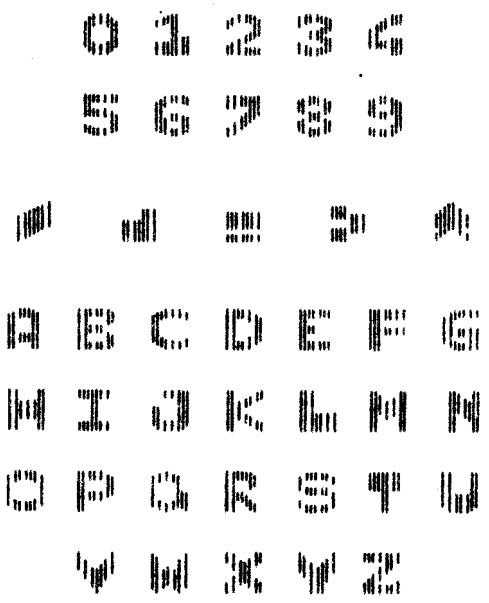
Na impressão destes elementos é utilizada uma tinta tendo por base óxido de ferro e portanto magnetizável.

É exactamente com base neste princípio que os caracteres impressos nos documentos, depois de passarem numa máquina apropriada



por um dispositivo de magnetização, são analisados numa cabeça de leitura, de tal forma que as variações do fluxo magnético proveniente dos intervalos entre os bastonetes tornam possível a determinação do carácter lido e consequentemente a sua transmissão a órgãos mecânicos, para efeitos de classificação dos documentos ou então do seu registo em banda magnética.

Aos caracteres deu-se-lhes forma adequada para poderem a um tempo ser lidos pelo homem ou pela máquina sem necessidade de qualquer transcrição ou tradução, do que resulta um ganho de tempo precioso.



Este sistema, que constitui a solução ideal para os documentos que se emitem e voltam ao ponto de origem, tais como cheques, recibos, vales de correio, notas de encomenda, etc., e em que posteriormente à emissão se torna necessário realizar certas análises, está a ser usado na maioria dos Bancos europeus para a leitura directa dos cheques.

5. Apresentado o sistema C.M.C.7 posso agora referir que é através dele que, no preciso momento da elaboração dos recibos, lhes podemos apor umas marcações suplementares, com aqueles caracteres, respeitantes aos elementos que nos interessam — Ministério, número da autorização de pagamento, rubricas orçamentais e respectivas importâncias.

Visto em

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

REMUNERAÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS

Recibo

02

Min.	D.G.	Folha
02	0005	0026

MÊS ABRIL ANO 1969 AUTORIZAÇÃO 2045

E.Pes.	(1)	Nº Ordem	Nome mecanográfico	Total ilíquido
01	010	09932	JACINTO JOAO	4060$

ABONOS LIQUIDOS

Remuneração principal	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Abono de Família	Total Descontos
3000$		$		$	80	660$	100$	300$
17 22001					20	222	18 212	3760$
Cap. Artigo Nº A.	Cap.	Artigo N. A.	Cap.	Artigo N. A.	Cap.	Artigo Nº A.	Cap. Artigo Nº A.	Liquido a Pagar

Descontos de Receita do Estado					Descontos de Operações de tesouraria								
I.selo	Cód.	Importância	Cód.	Importância	C.G. Apos.	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Cód.	Importância	Cód.	Importância
4$		$		$	198$	44	25$	41	15$	46	58$		$

RECEBI ..... em ..... de ..... de 19....

CARIMBOS

S	MIN.	AUTOR.	REM. PRINC.	ARTº	Nº	A.	IMP.	ARTº	N.	A.	IMP.	ARTº	N.	A.	IMP.	ARTº	Nº	A.	AB.FAMIL.	ARTº	Nº	A.	S
	022045	300022001									660	222							100212				

ZONA INTERDITA

Assim, poderemos, posteriormente, no momento oportuno, proceder à leitura e subsequente tratamento daqueles elementos da forma que desejarmos.

Como se vê, o processo a adoptar é totalmente mecanográfico, nada se pedindo a qualquer entidade além da remessa dos respectivos documentos a tratar.

6. Decerto que, em face do que acabo de referir, V. Exªs. já se aperceberam que a par do grande interesse desta solução existe, no entanto, uma limitação — quer dizer, pelo menos

numa primeira fase, só os recibos elaborados mecanogràficamente entrariam no esquema que estamos a idealizar. Os outros, os manuscritos, constituirão um problema a encarar mais tarde, pois, em face do que antes referi, é evidente que no seu estado actual não podem ser lidos pela máquina.

Mesmo assim, parece merecer a pena aproveitar este progresso da técnica pois o número anual de recibos mecanografados é já da ordem dos 600 000, incluindo neste número os dos pensionistas pagos pelo Ministério das Finanças.

Ora o último Relatório da Direcção-Geral da Contabilidade Pública indicava o número total de recibos remetidos às suas Repartições de cerca de 1 068 000. É natural que este número tenha aumentado. Mas, de qualquer forma, não parece que o tratamento automático dos 600 000 recibos mecanografados seja tarefa a desprezar, tanto mais que sob o aspecto que estamos a considerar no processo manual cada um destes documentos representa dois, três ou até mais, uma vez que como sabemos neles figuram sempre mais de uma rubrica orçamental — por vezes até cinco.

Em face do exposto pode desde já concluir-se que passaria a haver um novo motivo de interesse em mecanizar o maior número possível de abonos e que é necessário reduzir as substituições de recibos mecanografados a casos verdadeiramente excepcionais.

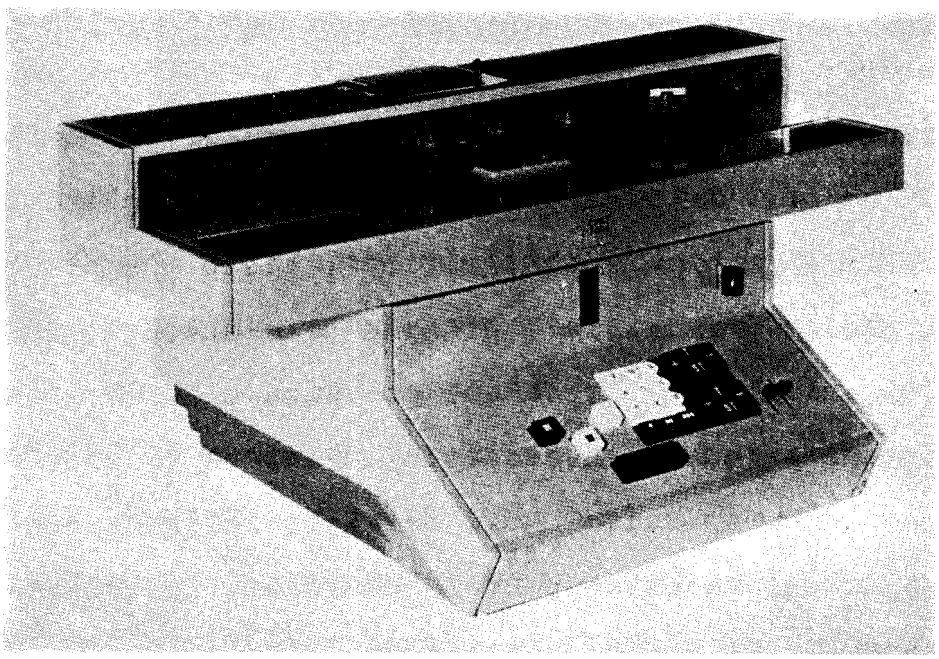
7. Para se poder assentar nas bases de funcionamento do sistema convirá, porém, analisarmos desde já um pormenor de bastante importância. Quero referir-me ao número da autorização de pagamento, pois que toda a execução do serviço da Conta gira à volta deste elemento.

Como todos sabemos, este número é atribuido no momento em que a folha vai ser autorizada, ou seja, em regra, em data posterior àquela em que os recibos começam a ser processados pelos Serviços Mecanográficos, visto que este trabalho se inicia logo após a elaboração das folhas. E não parece que convenha alterar esta rotina porque é necessário enviar os recibos o mais cedo possível aos Serviços interessados, alguns situados em pontos afastados, inclusivamente nas Ilhas Adjacentes. Quero dizer que não

só quando processam as folhas mas também os recibos — e quanto a estes é que o problema importa ser resolvido — os Serviços Mecanográficos ignoram o número da autorização de pagamento que vai ser atribuido à respectiva folha.

Em tais condições é evidente que esse elemento não poderia ser impresso nos recibos no momento da sua emissão e, pelo que atrás se referiu, ele é essencial.

Ora seria tècnicamente possível apor-lhes, posteriormente, esse número em máquinas apropriadas.



.. É de notar que os Bancos marcam antecipadamente os cheques com todos os elementos de identificação: código do Banco, número da conta do cliente, localidade, etc., mas, como é óbvio, não lhes podem apor as importâncias por que vão ser emitidos.

Este elemento tem, forçosamente, de ser marcado "à posteriori".

Ora nós podiamos proceder do mesmo modo no que respeita ao número da autorização, mas, por um lado, não era viável nem se justificaria ter uma máquina desse tipo em cada Serviço e, por outro, também não conviria sobrecarregar as Direcções de Finanças com esse trabalho. Por isso, esta tarefa teria de recair sobre os Serviços Mecanográficos.

Mas, centralizações deste género, embora viáveis, devem ser evitadas porque além de custarem dinheiro, provocam demoras. Por isso, buscou-se uma solução absolutamente económica — na verdade até não custa nada —, mas é revolucionária em relação à rotina que estamos seguindo e que, evidentemente, está certíssima nas condições presentes.

Ponho-a à consideração de V. Exªs.. Por mim, só lhe descortino o inconveniente de ser diferente do procedimento actual...

8. Consistiria no seguinte:

Uma vez que as folhas mecanografadas são, em princípio, fixas, quer dizer são sempre as mesmas todos os meses, cada Repartição de Contabilidade atribuir-lhes-ia um número antecipadamente reservado.

Para este efeito haveria duas séries de números de autorizações de pagamentos — uma para as folhas mecanizadas e outra para as manuais, não havendo nunca números repetidos.

Exemplificando: Se em relação ao Ministério X se processam mensalmente 100 folhas mecanográficas seria necessário reservar 1 200 números (100x12 meses). Mas, não só para não deixarmos números à justa mas também para trabalharmos com números redondos, podíamos, por exemplo, começar a série destinada às folhas manuais em 1 500 ou mesmo 2 000. É, afinal, de certo modo, a mesma orientação que se passou a seguir quanto ao número das folhas que, contràriamente ao procedi-

mento anterior à mecanização, passaram a ter um número fixo.

Desta forma seria possível definir e comunicar antecipadamente aos Serviços Mecanográficos — até mesmo no início de cada ano — o número de autorização de pagamento que haveria de competir em cada mês, a cada uma das folhas e, deste modo, já havia possibilidade de esse elemento ser aposto nos recibos no momento do seu preenchimento, evitando-se o apreciável trabalho da pós-marcação a que atrás me referi.

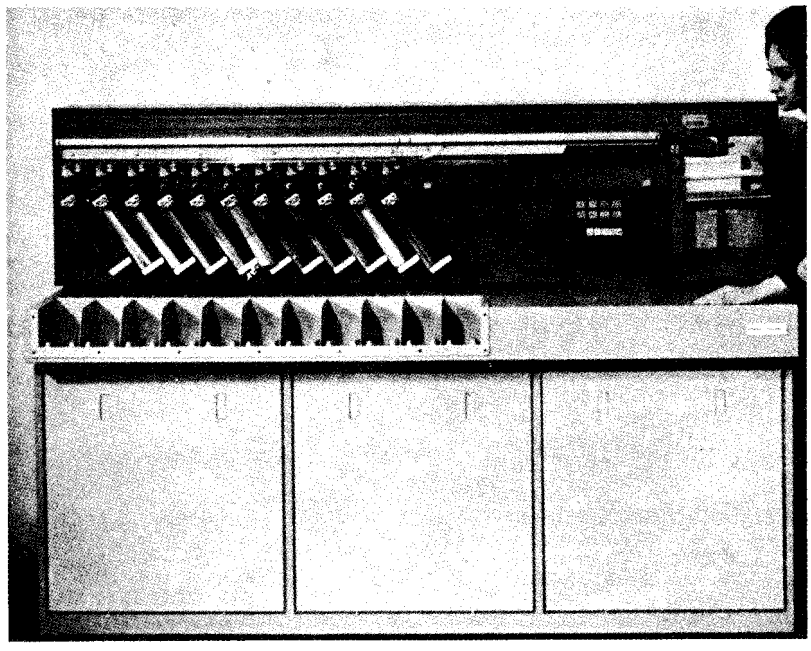
O número da autorização poderia, até, se isso fosse entendido conveniente, ser aposto também no "rosto" das folhas no momento da sua execução mecanográfica.

9. Quanto ao giro dos documentos há a referir o seguinte:

Os recibos seguiriam o seu circuito normal até às Direcções de Finanças. Aqui seriam classificados pela forma actual: Ministérios, números de autorizações e de funcionários.

Não quero deixar de referir que este problema de classificação poderia ser também resol-

vido mecanogràficamente, pois existem máquinas apropriadas para o efeito. É uma questão que apresenta apenas um problema de rentabilidade, dada a grande capacidade de trabalho das respectivas máquinas — a mais pequena pode classificar até 600 documentos por minuto, dependendo das dimensões dos impressos.



10. Remetidos pelas Direcções de Finanças os recibos mecanografados, devidamente classificados aos Serviços Mecanográficos estes procede-

riam à leitura e registo em banda magnética dos seus diferentes elementos, para serem seguidamente tratados pelo computador, de modo a obtermos os Resumos F.P. 74 e, se assim se vier a entender conveniente, a própria Conta F.P. 48. A elaboração deste último documento e dada a sua limitação, como atrás se referiu, aos recibos mecanografados, obrigaria a definir se passaríamos a ter duas Contas ou se aos elementos respeitantes aos recibos mecanizados as Direcções de Finanças juntariam os restantes.

Um esquema (pág. 43) melhor elucidará do que as palavras.

11. Julgo ter dado uma ideia geral do problema em apreciação e da forma como nos propomos resolvê-lo.

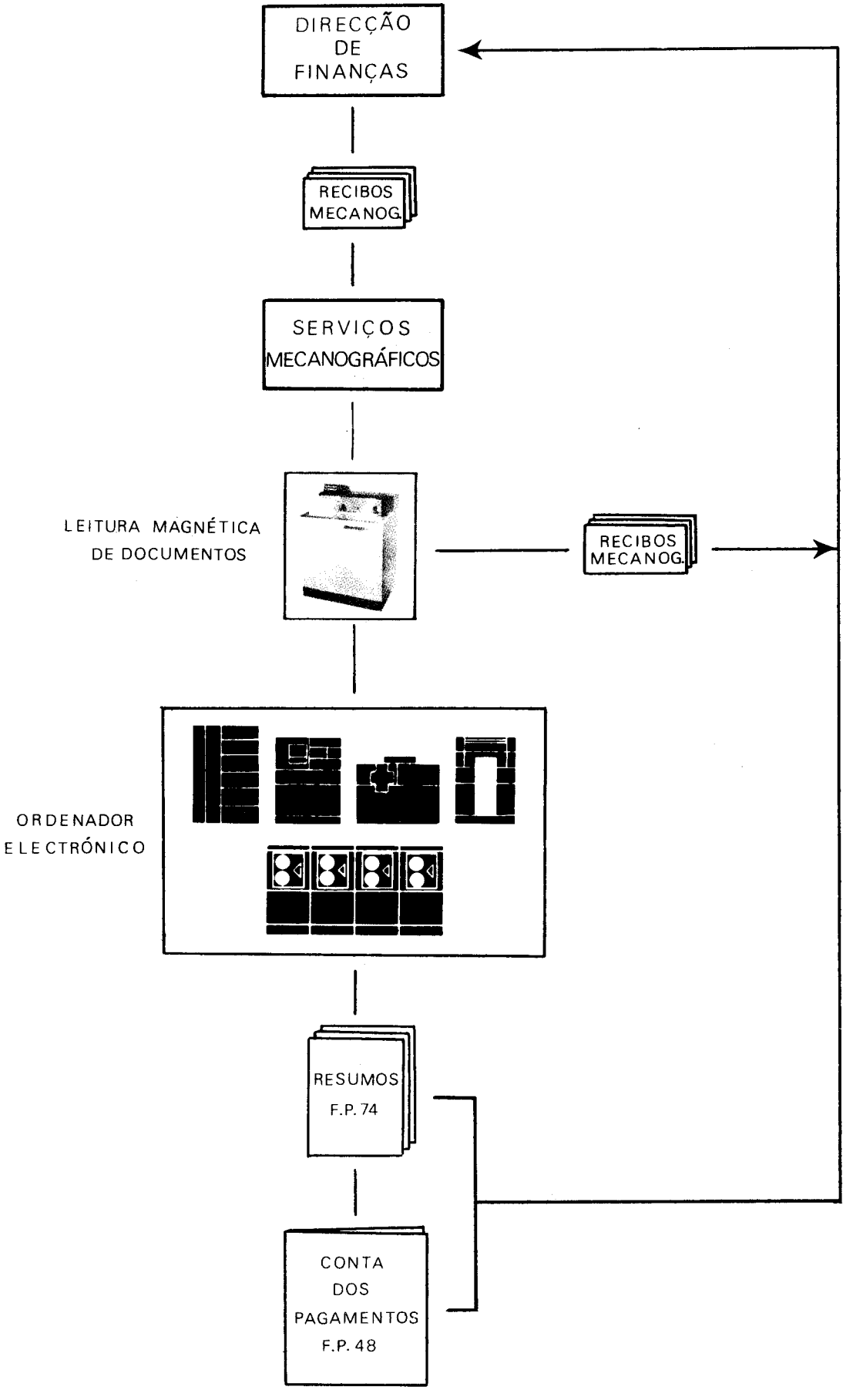
À parte o giro da ida e volta dos recibos entre as Direcções de Finanças e os Serviços Mecanográficos, e a classificação dos documentos pela forma usual e a que atrás se fez referência, nada se pede a quem quer que seja no sentido de, para o efeito em vista, executar qualquer trabalho.

É um caso em que os Serviços Mecanográficos, dentro da função para que foram criados, se propõem colaborar na execução de um trabalho que, não abrangendo embora todos os documentos, se me afigura de um interesse manifesto.

12. Se, nas suas linhas gerais, as ideias apresentadas merecerem, pelo menos em princípio, a aprovação das entidades interessadas, continuaremos a debruçar-nos com todo o entusiasmo sobre o problema, pois, embora estejamos certos da sua viabilidade técnica, necessitamos ainda de ultimar o estudo de muitos pormenores.

Citarei por mera curiosidade, e para melhor compreensão das dificuldades, que a solução destes problemas envolve, algumas questões que temos ainda de considerar.

13. Quanto ao impresso do recibo, sendo, como se referiu, o próprio documento que se destina a ser lido pela máquina, a sua concepção é muito delicada e algo difícil, pela quantidade e variedade de elementos que tem de conter comparativamente a um cheque.


DIRECÇÃO DE FINANÇAS
RECIBOS MECANOG.
SERVIÇOS MECANOGRÁFICOS
LEITURA MAGNÉTICA DE DOCUMENTOS
RECIBOS MECANOG.
ORDENADOR ELECTRÓNICO
RESUMOS F.P. 74
CONTA DOS PAGAMENTOS F.P. 48

Na verdade, temos por um lado a exigência de imprimir muitos elementos em caracteres C.M.C.7, tais como o indicativo do Ministério, número de autorização e as classificações orçamentais e respectivas importâncias (tudo com o máximo de capacidades admitidas) das 5 espécies de abonos que cada documento pode comportar. Por outro lado, a impressão daqueles caracteres está, por razões de ordem técnica, limitada a umas tantas posições.

Mais ainda, os documentos que se destinam a ser utilizados neste sistema não podem ter altura superior a 115 mm nem comprimento além de 220 mm e na sua confecção tem de ser utilizado papel de certo peso que não contenha quaisquer resíduos ferrosos, dado que o sistema de leitura é magnético. O papel vulgar não serve porque sempre contém, em maior ou menor percentagem, partículas daquelas substâncias.

14. Dada a série de elementos que os recibos têm de conter, o espaço exigido por cada carácter do dispositivo de impressão da máquina e a limitação de dimensões a que atrás se fez

referência, foi muito difícil, e ainda não estamos absolutamente satisfeitos com a solução encontrada, de arrumar todos os elementos. Inclusivamente temos que deixar os espaços necessários para os enormes carimbos em uso e de cujo formato já há tempos se solicitou a redução, pois verificou-se que, na prática, chegam a impossibilitar a leitura dos elementos escritos. Devido também aos condicionalismos referidos tivemos de mudar o local para a aposição da assinatura dos interessados que terá de ficar no sentido vertical. São pormenores talvez insignificantes mas que fazem confusão a muitas pessoas.

Tudo isto é preocupante porque na zona onde são impressos os caracteres C.M.C.7 é absolutamente interdita a escrita ou a aposição de quaisquer carimbos ou signos.

Temos que, inclusivamente, assegurar-nos de que os selos brancos não impedem a entrada dos documentos na pista de leitura da máquina. Este e outros problemas que parecem de somenos importância são susceptíveis de vir a constituir na prática questões fundamentais que poderão impor a busca de soluções bastante inovado-

ras quanto a certos detalhes, já que não queremos acreditar que pormenores deste género possam vir a constituir uma impossibilidade de aplicação do sistema.

Neste momento está-se procedendo no estrangeiro a um ensaio sob este aspecto pois que dificuldades deste género são ignoradas porque na realidade não existem. Lá fora, um cheque ou um recibo não têm selos brancos.

Se entendermos que esta formalidade não poderá ser dispensada nos recibos, que sendo mecanografados já apresentam uma certa autenticidade, alvitro que o selo branco passe a ser aposto apenas no talão, responsabilizando outra entidade, que não a Contabilidade Pública, pela verificação desse pormenor. Admito até que além do "confere com a folha" também o "visto" pudesse passar para o talão. Estes pormenores são muito importantes mas parece que devem ser analisados é pela entidade pagadora. A mesma dificuldade e até em maior escala existe nos recibos dos pensionistas pois esses documentos comportam no verso um espaço para o abono ou reconhecimento da assinatura e também para atestados da autori-

dade administrativa e qualquer destas formalidades é quase sempre autenticada com o selo branco.

15. Um outro pormenor a que faço referência apenas para que se tenha uma ideia das dificuldades que surgem na prática ao estudarem-se estes problemas e também para que se possa avaliar das possibilidades dos Ordenadores electrónicos, diz respeito às classificações orçamentais. Estas são constituidas, como se sabe, pelo Capítulo, Artigo, Número e Alínea. A representação de cada um destes elementos exige, como é óbvio, uns tantos caracteres que por sua vez ocupam correspondente número de "posições" do dispositivo de impressão da máquina.

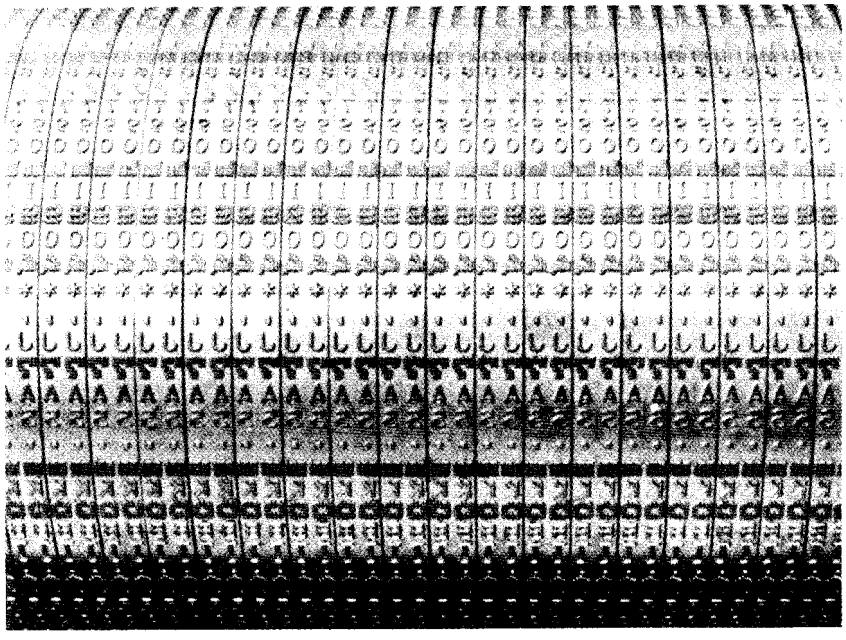
Ora o número total de caracteres correspondente a todos os elementos que é necessário fazer figurar no recibo excedia o que nos convinha por razões de ordem técnica. E, assim, resolvemos suprimir a indicação dos capítulos, o que em 5 espécies de abonos representa 10 posições, isto porque em princípio se afigurou que este elemento poderia ser dispensado para o efeito, uma vez que não há possibilidade de confusão,

pois que a numeração dos artigos é seguida dentro do Orçamento de cada Ministério. Mas depois constatamos que as Contas de pagamentos apresentam no final um resumo por capítulos. Em tais condições, e na hipótese de se entender que além dos Resumos mod. F.P.74, também os Serviços Mecanográficos devem processar as Contas mod. F.P. 48, é evidente que aquele elemento é indispensável. Mas, prevenindo a hipótese de assim se ter de proceder, estudou-se uma solução que consiste em fornecer ao Ordenador uma tabela que conservará nas suas memórias e através da qual lhe damos a conhecer, relativamente a cada Ministério, a correspondência entre os artigos e os capítulos e desta forma a máquina resolverá por si mesma o problema.

16. No que diz respeito ao material, teremos de substituir o dispositivo de impressão do nosso Ordenador, pois o que possuimos não tem os caracteres C.M.C.7 a que aludi e que até aqui não utilizávamos (V. página seguinte).

Esta alteração, bem como outros pormenores a considerar, obrigar-nos-ão por sua vez a

refazer os "programas" do Ordenador, o que é uma tarefa de grande vulto, especialmente se considerarmos que o nosso quadro comporta apenas dois funcionários desta categoria.



III

"CONTRÔLE" MECANOGRÁFICO DOS PAGAMENTOS — ELIMINAÇÃO DO "AVERBAMENTO"

1. Depois de alinhadas as breves notas que acabei de apresentar, e ao proceder à sua revisão final, ocorreu-me uma ideia, talvez resultante de um princípio a que atrás fiz referência e que procuro ter sempre presente no meu espírito, segundo o qual a mecanografia será tanto mais rentável quanto maior for o número de trabalhos que possamos obter a partir dos mesmos elementos-base.

A referida ideia diz respeito ao "contrôle" dos pagamentos efectuado nas Repartições da Contabilidade Pública dos diferentes Ministérios.

Esse "contrôle" faz-se, como todos sabemos, pondo em confronto os abonos constantes das folhas com os elementos inscritos nos recibos enviados pelas Direcções de Finanças a documentar as Contas a que atrás fizemos referência. Vão-se, então, "descarregando" nas folhas os pagamentos efectuados. É o trabalho chamado "averbamento".

2. Se bem que com a introdução da mecanografia este trabalho ficasse, ao que julgo, bastante simplificado, visto os recibos elaborados mecanogràficamente oferecerem já uma garantia de exactidão, a verdade é que estando admitida, em casos especiais de extravio, inutilização e outros, a substituição dos recibos mecanografados por impressos preenchidos manualmente, o "averbamento" não pode deixar de se fazer.

Mas, considerando a nova possibilidade, a que atrás fiz referência, de podermos passar a "ler", através de uma máquina os próprios recibos, não haveria forma de evitar a operação manual do "averbamento" a que aludi?

Esta foi a interrogação que formulei a mim próprio e para a qual parece que posso, desde já, dizer ser possível chegar a uma resposta afirmativa.

3. É claro que o assunto, ao nível mecanográfico, tem a sua complexidade e necessita de estudo aprofundado. Mas não merece a pena perder tempo a estudar em pormenor uma ideia que possa ser "a priori" rejeitada pela entidade interessada.

Ao dizer isto também não pretendo da parte de V. Exªs. um imediato e absoluto compromisso de aceitação antes de se ter uma noção exacta do que nos propomos fazer.

4. Em linhas gerais, e sem pretender embrenhá-los nas técnicas da mecanização, o assunto, em termos mecanográficos, assenta no seguinte raciocínio:

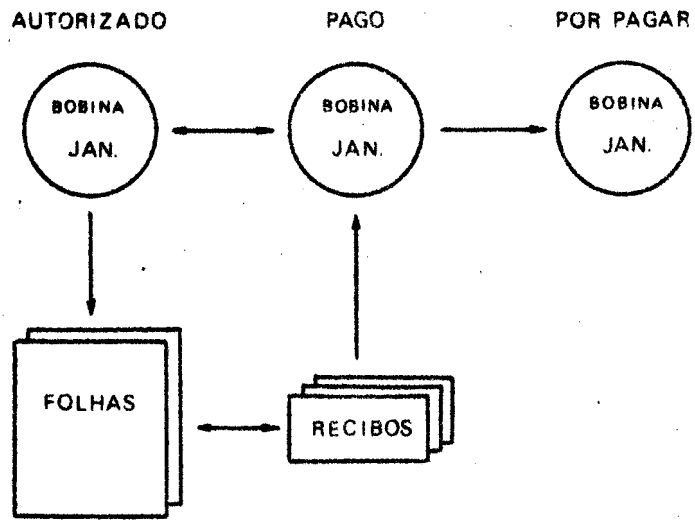
As folhas são processadas a partir de elementos constantes de uma bobina onde estão "escritos" (gravados) os necessários elementos.

Os recibos, ainda que tenham aspecto muito diverso das folhas, são elaborados com origem na mesma base. Portanto, e em princípio, não é possível haver diferenças entre aqueles documentos.

5. Ora se nós vamos passar a ter a possibilidade de "ler" numa máquina e anotar (gravando) os elementos constantes dos recibos pagos é evidente que pondo em confronto no Ordenador electrónico estas duas bobinas — a que contém a base do processamento e a resultante dos recibos efectivamente pagos — a máquina pode-nos assinalar de forma absolutamente segura as divergências notadas e que, em regra, traduzem abonos autorizados e não pagos. No entanto, o Ordenador assinalará igualmente, outras diferenças, como sejam duplicações de pagamento ou pagamentos efectuados por importâncias diferentes das que constavam das folhas — caso de anulações — em que, como se sabe, os recibos mecano-

grafados não funcionam e são substituidos por outros processados manualmente onde figuram os abonos rectificados. Convém desde já assinalar que todos os recibos manuais relativos a folhas processadas mecanogràficamente devem ser tratados em conjunto.

6. Esquemàticamente e em linhas muito gerais, o problema apresenta-se assim:

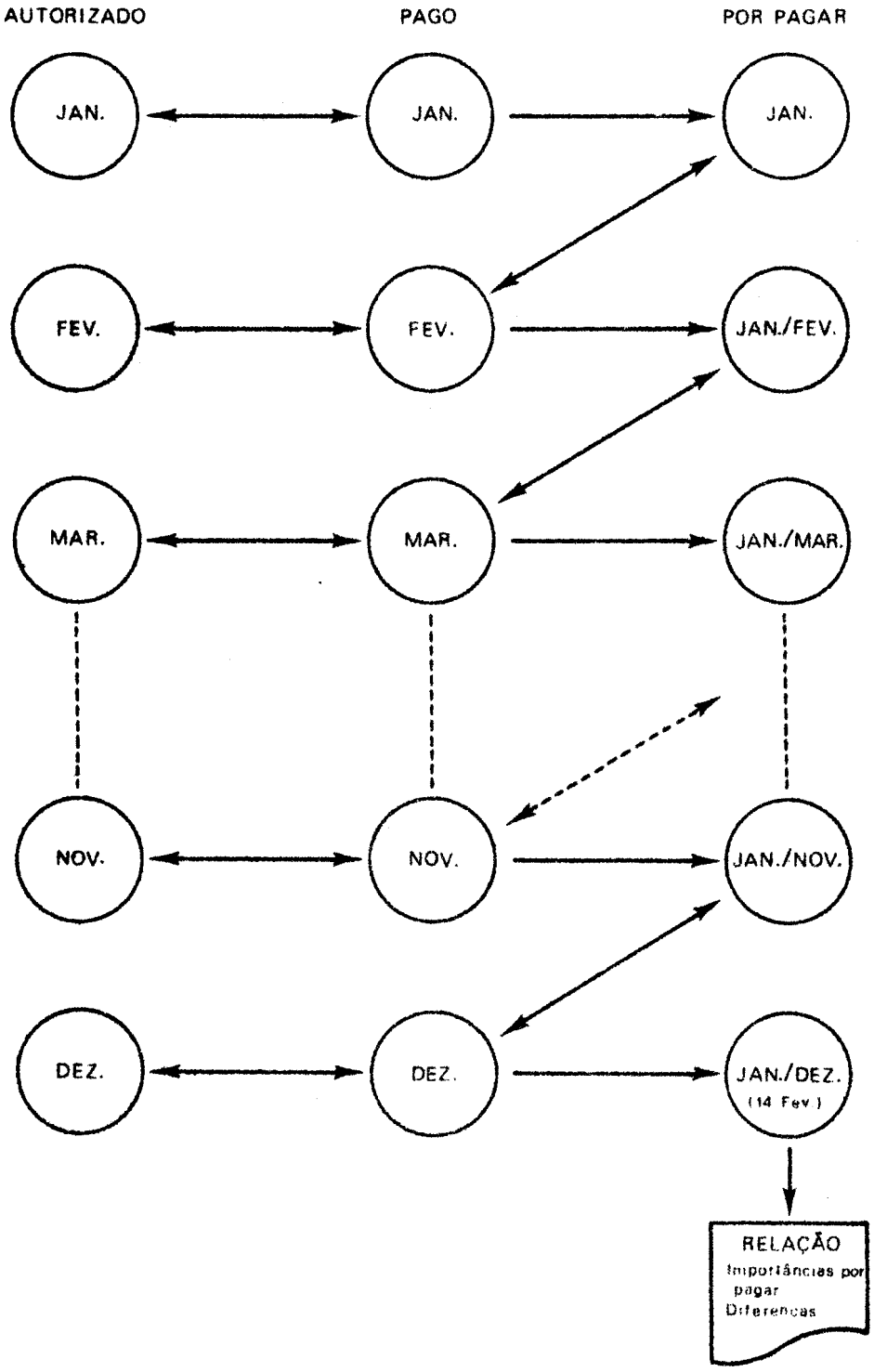


7. O assunto, mecanogràficamente falando não é assim tão simples porque não sendo cobrados em cada mês todos os recibos e nem se-

quer havendo, em muitos casos, coincidência entre o mês a que um recibo respeita e aquele em que foi pago, é sempre necessário, ao analisar os pagamentos efectuados mensalmente ter-se em conta, além dos elementos a ele respeitantes, os que tenham ficado por pagar relativamente a meses anteriores. Por isso, o esquema antes referido terá nas suas linhas gerais o desenvolvimento que se apresenta na página seguinte.

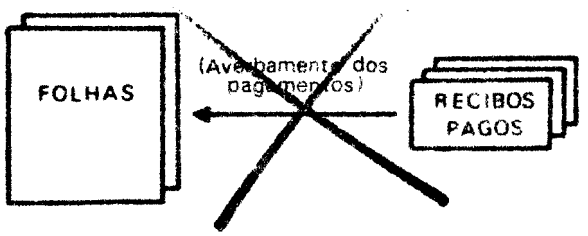
8. E, assim, às Repartições de Contabilidade viria a ser fornecida uma relação dos recibos não pagos com as indicações que se julgassem necessárias e que seriam, pelo menos, os números das folhas, respectivo mês, autorização, números dos interessados e importâncias líquidas dos abonos, com indicação dos seus totais.

Esta relação parece-me que só deveria ser fornecida no final do ano, depois de encerrado o prazo legal dos pagamentos, até porque mensalmente tais elementos não teriam significado, dada a falta de coincidência a que já aludi e que existe muitas vezes entre o mês do pagamento e aquele a que respeita a folha. Há até casos co-


AUTORIZADO
PAGO
POR PAGAR
JAN.
JAN.
JAN.
FEV.
FEV.
JAN./FEV.
MAR.
MAR.
JAN./MAR.
NOV.
NOV.
JAN./NOV.
DEZ.
DEZ.
JAN./DEZ.
(14 Fev)
RELAÇÃO
Importâncias por pagar
Diferencas

mo por exemplo o dos pensionistas de preço de sangue, em que os pagamentos de um mês só se iniciam no seguinte.

9. Em caso de requerimento solicitando renovação de autorização de pagamento seria, como é óbvio, esta relação que teria de ser consultada e não as folhas, que deixariam de conter os averbamentos dos pagamentos, porque o objectivo em vista era, precisamente, eliminar essa tarefa.



*

Terminada a palestra, alguns dos participantes na reunião formularam várias perguntas

que proporcionaram uma útil troca de impressões acerca de vários aspectos dos problemas tratados, especialmente dos respeitantes ao "contrôle" dos pagamentos em que teremos de encarar os casos especiais resultantes de "anulações".

E R R A T A

Pág.	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
27	13ª.	...a leitura pelas máquinas dos documentos mecanografados eram um problema...	...a leitura pelas máquinas dos documentos mecanografados era um problema...
34	20ª./ 21ª.	...tanto mais que sob o aspecto que estamos a considerar no processo manual cada...	...tanto mais que, sob o aspecto que estamos a considerar, no processo manual, cada...
41	17ª.	...o giro da ida e volta...	...o giro de ida e volta...
55	7ª./ 8ª.	Esquemàticamente e em linhas muito gerais, o problema...	Esquemàticamente, e em linhas muito gerais, o problema...
55	9ª./ 10ª.	O assunto, mecanogràficamente falando não é...	O assunto, mecanogràficamente falando, não é...

GABINETE DE ESTUDOS ANTÓNIO JOSÉ MALHEIRO

A) PUBLICAÇÕES EDITADAS

Em 1945:

1 - Organização do programa dos concursos para as diferentes categorias do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Esgotada).

Em 1949:

2 - 20 Anos de Administração Pública, pelo Dr. Aureliano Felismino. (Esgotada).

Em 1950:

3 - Instruções para o processamento de folhas de despesa e requisições de fundos. (Esgotada).

Em 1951:

4 - Finanças Nacionais, pelo Dr. Joaquim José de Paiva Corrêa. (Esgotada).
5 - Palestras profissionais destinadas aos opositores a concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Esgotada).
6 - A Macroeconomia e a Ciência das Finanças, pelo Dr. Joaquim José de Paiva Corrêa.

Em 1952:

7 - Servidores civis subscritores da Caixa Geral de Aposentações vítimas de desastres em serviço. (Instruções tendentes a facilitar a execução do Decreto-Lei nº. 38 523, de 23 de Novembro de 1951).
8 - Apontamentos para segundos-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.
9 - Apontamentos para primeiros-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

Em 1953:

10 - Orçamento Geral do Estado. - Instruções elaboradas nos termos do nº. 4º. da Portaria nº. 14 389, de 18 de Maio de 1953, a observar pelos Serviços na organização dos projectos de orçamento e pelas repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública na sua coordenação e informação.
11 - Subsídios para a organização do Balanço do Estado. (Esgotada).
12 - Apontamentos para terceiros-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

Em 1954:

13 - Abono de família dos servidores do Estado. (Instruções para a execução do Decreto-Lei nº. 39 844, de 7 de Outubro de 1954). (Esgotada).

14 - Apontamentos para aspirantes, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

Em 1955:

15 - Normalização de informações e forma de apresentação de processos. (Esgotada).

16 - Os primeiros dez anos de vida do Gabinete de Estudos António José Malheiro.

Em 1956:

17 - Aquisições do Estado, autorização de despesas e dispensa de concurso público e contrato escrito (artigo 14º. da Lei nº. 2079, de 21 de Dezembro de 1955). (Esgotada).

18 - Contas de exploração e de estabelecimento das empresas do Estado (estrutura do mapa nº. 2 do preâmbulo do Orçamento Geral do Estado).

19 - Rendimento médio. (Esgotada).

20 - Orçamentos privativos - Instruções elaboradas nos termos do nº. 5º. da Portaria nº. 16 009, de 19 de Outubro de 1956, para preenchimento dos impressos a utilizar na apresentação a visto ministerial dos orçamentos privativos dos Serviços, aprovadas por despacho de Sua Excelência o Ministro das Finanças, de 29 de Outubro de 1956. (Esgotada).

21 - Despesas de anos económicos findos. (Esgotada).

22 - Controle do trabalho em cada uma das secções. (Esgotada).

Em 1957:

23 - Remunerações acessórias. Regime de abonos na acumulação de cargos. Ajudas de custo. (Decreto-Lei nº. 40 872, de 23 de Novembro de 1956). Instruções para a sua execução aprovadas por despacho de Sua Excelência o Ministro das Finanças, de 4 de Janeiro de 1957. (Esgotada).

24 - Para uma melhor consciência administrativa: 1. Vamos racionalizar a utilização dos impressos?

25 - A selecção do pessoal para funções de chefia. (Esgotada).

26 - Comissão de Compras da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Seu funcionamento.

27 - Para uma melhor consciência administrativa: 2. Vamos racionalizar a utilização dos artigos de expediente? (Esgotada)

28 - O fundador do Gabinete de Estudos António José Malheiro. (Palestra proferida em 14 de Junho de 1957 pelo Director-Geral da Contabilidade Pública, na inauguração de uma sala de cursos).

29 - I Seminário para opositores ao concurso para chefes de secção.

30 - A Escola Nacional de Administração em França. (Esgotada).

31 - Despesas públicas - Seus efeitos económicos.

32 - Actividades económicas de Serviços do Estado - Uniformização da escrita digráfica e sua ligação com a contabilidade orçamental. (Esgotada).

Em 1958:

33 - Abono de família dos servidores do Estado. (Instruções para a execução do Decreto-Lei nº. 39 844, de 7 de Outubro de 1954, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis nºs. 41 523 e 41 671, respectivamente de 6 de Fevereiro e de 11 de Junho de 1958). (Esgotada).

Em 1959:

34 - Método a seguir na conferência de recibos e averbamento destes nas autorizações de pagamento.

35 - A estrutura e o funcionamento do Ministério das Finanças - A importância e a estrutura das receitas e despesas públicas em função do desenvolvimento económico do País.

36 - Inauguração da Biblioteca e tarefas adicionais para 1959. (Esgotada).

37 - II Seminário - Apreciação e discussão do trabalho do 1º. oficial Luís Gonzaga Fernandes Tavares, subordinado ao título:" Novas perspectivas no domínio da ciência das finanças".

38 - Valorização profissional do Pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Palestra proferida pelo Chefe da 12ª. Repartição, Dr. Henrique Daries Louro).

39 - Colóquio entre os Chefes de Secção da Conta sobre métodos de conferência de recibos, das contas de pagamento e averbamento das autorizações expedidas.

40 - Tabelas de abonos e descontos ao pessoal do ensino primário e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas. (Esgotada).

41 - Tabelas para o cálculo e processamento de abonos aos funcionários colocados nos Serviços regionais do Ministério da Economia. (Esgotada).

Em 1960:

42 - A simplificação efectuada no orçamento de 1960 nos agrupamentos das receitas públicas. (Palestra proferida pelo Adjunto do Chefe da 1ª. Repartição, Joaquim das Neves Santos).

43 - O problema da mecanização do processamento dos abonos dos Servidores e pensionistas do Estado. (Palestra proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves).

44 - Construir o futuro sobre as posições conquistadas. (Palavras proferidas em 27 de Abril de 1960 pelo Dr. Aureliano Felismino, no Gabinete de Estudos António José Malheiro).

45 - Abonos às famílias de falecidos servidores. (Instruções para a execução do Decreto-Lei nº. 42 947, de 27 de Abril de 1960, e Portaria nº. 17 698, da mesma data, aprovando os modelos de impressos a utilizar).

46 - Organização e métodos nas Repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, pelo Dr. Fernando Natividade Alves, Adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública.

47 - Tabelas de abonos e descontos aos assalariados de carácter permanente colocados nos Serviços (sem autonomia) regionais do Ministério da Economia e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.

48 - Palestras proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública da Suíça, Dr. Maurice Heimann.

49 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários dos Serviços regionais do Ministério das Finanças.

50 - Elementos para a montagem da contabilidade digráfica de um estabelecimento do Estado com autonomia administrativa e financeira, pelo Dr. Jorge Naves.

51 - Tabelas de abonos e descontos aos Magistrados e funcionários dos Tribunais do Trabalho e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.

52 - Para uma classificação económica das despesas públicas (Ensaio), pelo primeiro-oficial António Faria Moita.

O princípio hedonístico e a produtividade dos Serviços públicos - Manifestações espontâneas e providências adequadas através dos tempos, pelo segundo-oficial João Maria da Silva.

53 - Trabalhos de remodelação do Arquivo-Geral da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

54 - Colóquio entre os chefes das secções de liquidação sobre métodos a seguir na conferência de folhas (das 2ª. e 3ª. classes de despesas) e de requisições de fundos.

Em 1961:

55 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários colocados nos Serviços regionais do Ministério das Obras Públicas e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.

56 - Organização e métodos - Algumas notas. (Palestra proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves).

57 - Tabelas de abonos e descontos aos assalariados de carácter permanente colocados nos Serviços (sem autonomia) regionais do Ministério das Obras Públicas e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.

58 - Contabilidade do Estado; Balanço. Ponto do programa do concurso para chefes de secção. (Palestra proferida pelo Chefe da 2ª. Repartição, Raul da Silva Baptista).

59 - A classificação das despesas públicas e a progressão do sector extraordinário - Alguns subsídios para facilitar o estudo dos seguintes pontos: Balança Comercial e Balança de Pagamentos; Rendimento Nacional (Noções). Palestras proferidas pelo Chefe da Repartição da Conta, Joaquim das Neves Santos).

60 - Temas de administração pública, pelo primeiro-oficial, António Leal Telo.

Em 1962:

61 - Trabalhos dactilográficos - Alguns conselhos para o seu aperfeiçoamento (Palestra proferida pelo Chefe da Repartição do Abono de Família e das Pensões, Dario Gonçalves).

62 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários do Estado e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.

63 - Apontamentos para terceiros-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 18 596, de 14 de Julho de 1961.

64 - Instruções para a contabilização geral das receitas e despesas dos Serviços com autonomia administrativa.

65 - Apontamentos para segundos-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 18 596, de 14 de Julho de 1961.

66 - Política profissional - Palavras proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública, no acto de posse dos novos terceiros-oficiais realizado em 26 de Novembro de 1962.

Em 1963:

67 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários colocados nos Serviços regionais do Ministério da Justiça e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.

68 - Necessidade de formar e aperfeiçoar o pessoal burocrático - por António Júlio Simões de Aguiar.

69 - Instruções para a escrituração do livro de contas-correntes com as dotações orçamentais. (Serviços com autonomia administrativa).

70 - Instruções para a escrituração do livro de contas-correntes com as dotações orçamentais. (Serviços sem autonomia administrativa).

71 - Instruções a observar na liquidação dos abonos dos servidores e dos pensionistas do Estado a incluir em folhas a elaborar por processo mecanográfico.

72 - Reorganização dos Serviços da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

73 - Alguns aspectos da intervenção do Estado na vida económica - pelo segundo-oficial Diogo Pires Neves.

Em 1964:

74 - A expansão da despesa extraordinária e o problema da sua cobertura, pelo Dr. Aureliano Felismino.

75 - Organização e métodos - Serviços de "entrada" e de "conta". (Instruções a observar pelas repartições da Contabilidade Pública na utilização dos respectivos impressos, aprovadas por despacho ministerial de 29 de Junho de 1954).

76 - Preparação de formadores de pessoal para a execução de novas técnicas, pelo Dr. Aureliano Felismino. (Esgotada).

77 - Aspectos económicos e financeiros do Orçamento do Ministério das Obras Públicas - pelo segundo-oficial Diogo Pires Neves. (Esgotada).

Em 1965:

78 - Elementos de planificação administrativa - pelo primeiro-oficial João Maria da Silva. (Esgotada).

79 - Organização e Métodos - Serviço permanente de correio (Estudo). (Esgotada).

80 - Les nouvelles Techniques de Préparation et d'Aménagement du Budget.

81 - Pratiques Administratives appliquées à la Direction Générale de la Comptabilité Publique du Portugal.

Em 1966:

82 - Subsídio eventual de custo de vida.

83 - Normalização de informações e forma de apresentação de processos (2ª. edição corrigida e aumentada). (Esgotada).

Em 1967:

84 - Integração Económica Nacional - pelos Chefes de Secção Manuel Marques de Almeida e Manuel Martins Saraiva.

85 - Normalização de expediente dos Serviços do Estado para a Direcção-Geral da Contabilidade Pública (Propostas, ofícios e outro expediente de uso geral ou restrito).

86 - Subsídio eventual de custo de vida - 2ª. parte.

87 - Aptidão individual para o exercício de funções de chefia - pelo Chefe de Secção João Maria da Silva.

88 - Despesas com as forças militares extraordinárias destacadas nas províncias ultramarinas - pelo Dr. Aureliano Felismino.

89 - Aperfeiçoamento orgânico e funcional dos mercados monetário e financeiro - pelo Chefe de Secção Manuel Marques de Almeida.

Em 1968:

90 - Actes de gestion du personnel qui favorisent la coopération interministerielle, pelo Dr. Aureliano Felismino.

91 - Casos Técnicos Especiais.

92 - Subsídio eventual de custo de vida - 3ª. parte.

93 - Recours à des Experts et Conseillers - pelo Dr. Aureliano Felismino.

94 - Missão do Ministério das Finanças - pelo Dr. Aureliano Felismino.

95 - Na base: dirigentes, chefes e executantes capazes.

96 - Evolução da técnica mecanográfica resultante da utilização de ordenadores electrónicos, por Dario Gonçalves, Director dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças.

97 - Pensões a cargo do Ministério das Finanças, pelo Chefe de Secção Armando Furtado Saraiva.

98 - Abono de Família aos Servidores do Estado, pelo Dr. Jorge Naves, Chefe da Repartição do Abono de Família e das Pensões.

99 - Despesas com obras, aquisições e outros encargos, dos Serviços do Estado.

100 - A Desvalorização do Esterlino, pelo Chefe de Secção Luís Gonzaga Fernandes Tavares

B) OUTRAS ACTIVIDADES

Em 1945:

PALESTRAS PROFISSIONAIS destinadas aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, realizadas no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Em 1946:

CURSO de preparação dos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1948:

EX-LIBRIS do Gabinete de Estudos.

Em 1949:

CURSOS de preparação dos opositores aos concursos para preenchimento de vacaturas de primeiros e segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1951:

PALESTRAS PROFISSIONAIS destinadas aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1953:

CURSOS de aperfeiçoamento para opositores aos concursos para preenchimento de vacaturas de primeiros e segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1955:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1957:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

PALESTRA subordinada ao título: "O fundador do Gabinete de Estudos António José Malheiro", proferida em 14 de Junho pelo Director-Geral da Contabilidade Pública, na inauguração de uma sala de cursos.

I SEMINÁRIO para opositores ao concurso para chefes de secção.

Em 1958:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1959:

II SEMINARIO para apreciação e discussão do trabalho do primeiro-oficial Luís Gonzaga Fernandes Tavares, subordinado ao título: "Novas perspectivas no domínio da ciência das finanças".

PALESTRA subordinada ao título:"Valorização profissional do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública", proferida pelo Chefe da 12ª. Repartição, Dr. Henrique Daries Louro.

COLOQUIO entre os chefes de secção da Conta sobre métodos de conferência de recibos,das Contas de pagamento e averbamento das autorizações expedidas.

Em 1960:

PALESTRA subordinada ao título:"A simplificação efectuada no orçamento de 1960 nos agrupamentos das receitas públicas", proferida pelo Chefe da 1ª. Repartição, Joaquim das Neves Santos.

PALESTRA subordinada ao título:" O problema da mecanização do processamento dos abonos dos servidores e pensionistas do Estado", proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves.

"Construir o futuro sobre as posições conquistadas" - palavras proferidas em 27 de Abril pelo Dr. Aureliano Felismino, na Sala de Cursos Prof. Dr. Costa Leite (Lumbralles).

PALESTRAS proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública da Suíça, Dr. Maurice Heimann.

COLOQUIO entre os Chefes das Secções de Liquidação sobre métodos a seguir na conferência de folhas (das 2ª. e 3ª. classes de despesa) e de requisições de fundos.

Em 1961:

PALESTRA subordinada ao título: "Ainda a propósito da valorização profissional do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública", proferida pelo Dr. Henrique Daries Louro,como Presidente da Comissão de Leitura designada para apreciar os trabalhos apresentados por funcionários da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

PALESTRA subordinada ao título: "Organização e métodos - Algumas notas",proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves.

"Orientação do novo programa de concursos e realização das respectivas provas" - palavras proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública na Sala de Cursos Prof. Dr. Costa Leite (Lumbralles).

SESSOES DE ESTUDO - ENCONTROS - para opositores aos concursos para preenchimento de vacaturas de primeiros e segundos-oficiais.

PALESTRA subordinada ao título: "Contabilidade do Estado; Balanço (ponto do programa do concurso para chefes de secção)", proferida pelo Chefe da 2ª. Repartição,Raul da Silva Baptista.

PALESTRA subordinada ao título: "A classificação das despesas públicas e a progressão do sector extraordinário", proferida pelo Chefe da Repartição da Conta,Joaquim das Neves Santos,e dirigida aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

PALESTRA subordinada ao título: "Alguns subsídios para facilitar o estudo dos seguintes pontos: Balança Comercial e Balança de Pagamentos; Rendimento Nacional (Noções)",proferida pelo Chefe da Repartição da Conta, Joaquim das Neves Santos, e dirigida aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1962:

PALESTRA subordinada ao título: Trabalhos dactilográficos - Alguns conselhos para o seu aperfeiçoamento", proferida pelo Chefe da Repartição do Abono de Família e das Pensões,Dario Gonçalves.

CURSO de preparação para os aspirantes opositores ao concurso para terceiros-oficiais.

Em 1965:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.